

## Identidade como panacéia? Em busca de alternativas ao pensamento da diferença.

Igor José de Renó Machado

Apresentado em 2011. Hotel Glória; Caxambu; 35º Encontro Anual da Anpocs.

A partir de uma série de etnografias conduzidas no meu grupo de pesquisa, avanço algumas reflexões críticas sobre o conceito de identidade. A fala segue uma estrutura mais ligada aos dados num primeiro momento, para ao fim especificar a crítica e as formas alternativas que temos usado para refletir sobre a diferença.

Trato da presença dos nipo-descendentes no Brasil. Depois de 100 anos de migração, a diversidade interna produzida por essa população chama atenção. Meu grupo de pesquisa produziu 5 distintas etnografias sobre “Nipo-descendentes”, que são o objeto dessa reflexão que apresento. As etnografias tratam de uma associação japonesa na cidade de Araraquara (interior do estado brasileiro de São Paulo), sobre lutadores de kendô, sobre uma rede de nipo-descendentes gays no Estado de São Paulo, sobre as tensões entre descendentes de japoneses e okinawanos na cidade de Campo Grande (no Estado de Mato Grosso do Sul) e sobre as comemorações dos 100 anos da migração japonesa para o Brasil na mídia “étnica”.

Buscamos genericamente trazer outras reflexões e idéias para pensar o que temos chamado de “japonesidades” e não tanto de “identidade nipo-descendente”. A escolha pelo termo plural é consciente e reflete uma estratégia de reflexão alternativa sobre os

fenômenos étnicos. A opção pelas múltiplas japonesidades propicia uma preocupação com processos complexos dentro de algo genérico como uma “identidade nipo-descendente”. Abre espaço para a dissonância. De certa forma, essa preocupação com a dissonância é um tema central para os trabalhos gerados nesse contexto. Olhar para as dissonâncias como “japonesidades” propiciou uma des-hierarquização da análise: a japonesidade homossexual é tão inteira, importante quanto a japonesidade dos “descendentes” que criam as vidas associativas dos clubes nipo-brasileiros.

Ou seja, falamos a partir de uma pressuposição do compartilhamento de experiências, moralidades, sentidos dessas japonesidades (mesmo que esse compartilhamento seja temporário, instável). Temos japonesidades fluídas e não fragmentos ou “sub-identidades”, “sub-culturas”. A forma de ser “nipo-descendente” de um lutador de kendô não descendente (sem olhos puxados) é tão japonesa quanto a das velhinhas do Odori na associação Nipo em Araraquara. A japonesidade vista como múltipla permite que analisemos as condições desses sujeitos não como “menos ou mais” japonesas, mas como japonesas *à sua maneira*. Isso não quer dizer que não haja processos hegemônicos (os há) e que os próprios japoneses não se refiram a seus “co-étnicos” como mais ou menos japoneses. Eles o fazem muito freqüentemente, e o fazem a partir de perspectivas referentes aos seus modos de ser japonês. Os trabalhos aqui indicam, porém, que o fazem a partir de critérios distintos, relativos às suas japonesidades.

O que chamo de japonesidade aqui, na verdade, seria melhor descrito como um “emaranhado” de linhas (Ingold 2007), de trajetórias que são vividas e caminhadas em conjunto, produzindo um emaranhado, um novelo de trajetórias auto-referidas. Esses

emaranhados são condensações (ou precipitações, como diria Roy Wagner 2010) de perspectivas, dentro de emaranhados maiores, ainda dentro de outros emaranhados, numa espécie de fractalismo tecelar. Emaranhados dentro de emaranhados dentro de emaranhados. Cada concentração corresponde a precipitações que poderíamos chamar de japonesidades: modos compartilhados de experimentar, ver, pensar e sentir o mundo. Nesse sentido, os emaranhados são totalidades, mas um tipo de totalidade que se têm com um novelo: basta puxar o fio para desmontá-la e re-embaralhar em novos emaranhados.

Assim, adotar um ponto de vista hegemônico seria fechar as portas a perspectivas distintas do mesmo universo de coisas. No caso, aos efeitos da presença de japoneses e descendentes no Brasil há mais de 100 anos. As japonesidades múltiplas, por outro lado, indicam uma ruptura abrupta com a noção de margens, limites e distinções estanques entre japoneses e brasileiros. Ao longo dos trabalhos produzidos, argumentamos que há situações e processos que geram um certo englobamento, que eliminam ou subvertem ou desestabilizam alguns pressupostos. Há processos de produção de japoneses que ultrapassam a consangüinidade – tão importante entre japoneses e descendentes, como vários trabalhos indicam – e a marcação racial. Há não-descendentes que se tornam “mais” japoneses que descendentes, segundo critérios dessas japonesidades múltiplas.

As japonesidades se desdobram, em relação à “raça” e fenótipo, de modos complexos: desde a japonesização do não-descendente até a des-japonesização completa do descendente. O olhar às japonesidades múltiplas permite um deslocamento entre raça e etnicidade, ou mesmo “cultura”: a japonesidade tem contornos que podem ultrapassar o universo dos descendentes. Os emaranhados podem não se ajustar às

nossas noções de limites e superfícies distintas. Nesse sentido, podemos ver e pensar como as japonesidades são fluxos culturais, morais, religiosos etc. que também japonesizam a própria sociedade brasileira: judô, seicho-no-ie, kendô, por exemplo, produzem japonesidades transbordantes, que não coincidem consangüinidade e cultura. São “máquinas de produção” de japoneses, seguindo a expressão de Lourenção. Eles japonesizam, em alguma medida, a sociedade brasileira.

A popularização do judô é um exemplo lapidar: de prática nipo-descendente, passou à prática nacional – a ponto de virar um dos principais esportes olímpicos brasileiros. Uma certa moralidade, prática corporal, palavras, “vêm junto” com o judô. E aqueles que caminham por essas “trilhas”, por essas linhas, acabam se emaranhando, dividindo japonesidades. Coisas também vêm junto com o kendô, o seicho-no-ie, o J-pop. Esse algo que “vem com” é o material do nosso interesse, é o lugar da fabricação, da penetração e englobamento de certas japonesidades sobre aqueles que as praticam. Olhar para as japonesidades múltiplas oferece uma possibilidade de um olhar sobre a completude – mesmo que sempre em processo – dos emaranhados “japoneses” no cotidiano da sociedade brasileira. Há, nesse contexto de produção e transformação de japonesidades, fluxos culturais que atravessam a experiência das gerações de japoneses e descendentes no Brasil.

\*\*\*

Japonesidade não é, certamente, uma identidade, mas um conjunto de diferenças, uma multidão de alteridades. Não há a possibilidade de *uma* nipo-brasileiridade, pois há japonesidades incongruentes, dissonantes, irregulares. Há uma multiplicidade de

diferenças. Não são nem mesmo um conjunto. Há fluxos que se cruzam e se movimentam. Há contornos imprecisos, população imprecisa. Emaranhados. As japonesidades são inflexões, precipitações num certo sentido, não mais que isso.

Não falo de identidades, como aquelas de Stuart Hall, que são quase como roupas que se usa, que não são “encarnadas”. Falo de visões de mundo; construídas a partir de um repertório comum de signos, símbolos, práticas, rituais, experiências, estereótipos. Japonesidades construídas nesse contexto, nesses caminhos, mas não redutíveis a esse grande conjunto, porque são singulares e transbordantes. São feixes que condensam práticas e discursos, que se constituem e constituem os sujeitos – produzem e são produzidas japonesidades. São formas singulares de expressar a experiência japonesa no Brasil. Escolhem para si mecanismos singulares de agenciamento da subjetividade. Todos são “japoneses”, “nipo-descendentes”, “nikkeis”, mas cada um o é a sua maneira. As macrocategorias só podem ser o que são: uma referência a uma constelação de japonesidades, em movimento e em transformação.

Assim, a questão, para esse grupo de descendentes e de “japonesizados”, de ser brasileiro ou ser japonês só pode ser enganosa. Eles são o que são. São japoneses no sentido da japonesidades que constroem e são também (imediata e simultaneamente – não é uma soma) brasileiros a sua maneira, que só pode ser japonesa. Mudando a perspectiva da pergunta, mudamos o nome da “diferencialidade” conforme a necessidade. Mas continuamos falando da mesma coisa, o mesmo emaranhado. Se pensarmos nas várias brasilidades que se constroem no Brasil, aquelas derivadas da presença japonesa são as brasilidades desses “japonesidades”. Eles não são japoneses aqui e

brasileiros no Japão (no caso dos dekasseguis): são brasileiros à japonesa e japoneses à brasileira. Tudo depende do contexto de referência, obviamente.

Não acumulam identidades, o que parece ser o resultado das teorias Hall-nianas – não oscilam ou escolhem entre x e y. Vivem uma japonesidade que é constituída numa oscilação, transmutação – mas que é completa (mesmo que nunca pronta, como qualquer diferencialidade, ou identidade). A oscilação não é incerteza, incompletude (como alguns trabalhos indicam com a idéia de “falta de lugar”), é justamente a matéria dessa japonesidade. Não tentamos explicar as diferenças como uma somatória de identidades que se “têm”. Pretendemos é dar o sentido das várias diferenças que constituem as diferencialidades, sem pensar em somas, subtrações ou incompletudes (alguns diriam que temos dobras infinitas).

A teoria identitária dialoga com a crítica da cultura, desde o final dos anos 80 do século XX. Impulsionada pelos Cultural Studies, para que se falasse de comportamentos, signos compartilhados, relações entre grupos (desde que fossem eminentemente fugazes) sem falar especificamente de cultura, mas de sujeitos portadores de identidades variadas. O efeito prático foi a possibilidade de se falar da “identidade dos imigrantes”, por exemplo, como se falava da “cultura dos imigrantes”. Os problemas, entretanto, permaneceram equivalentes, como a questão da delimitação e dos contornos – o que é uma cultura e o que é uma subcultura? Os problemas que herdamos quando a antropologia voltou o seu olhar também para as sociedades de grande escala.

Só que ao menos não se fala em sub-identidade. Identidade é um termo que permite falar na “identidade brasileira” e também da

“identidade dos pentecostais brasileiros”. Não parece haver problemas de uma “teoria dos conjuntos”. Isso é possível com o amparo de uma teoria das fronteiras ou dos limites da diferença. Definindo o foco na linha que separa, independentemente dos conteúdos “culturais” (ou identitários), a questão do quê a identidade identifica é, no fundo, menos importante, desde que contida nos limites que definem o grupo. Ou seja, para falar de identidade, o grupo (ou coletivo, ou comunidade etc.) deve ser definido *a priori*. Questões sobre “níveis” de identificação pareceriam anacrônicas, pois obrigariam a uma reflexão sobre o que são os “conteúdos”, aquilo que identifica a diferença. Mas a preocupação, na verdade, é com o que identifica a identidade de um grupo *já definido* de antemão.

Essa questão permanece problemática embora seja a questão antropológica – a diferença. O que nos leva a falar dela sempre como identidade. Não quero dizer que a “identidade” seja algo a se deixar para trás. Em vários momentos foi uma idéia que me ajudou a refletir sobre diversas situações. A questão é que esse uso tem gradualmente limitado as possibilidades de análise, mais que aberto caminhos. Ou seja, quando a diferença interna à população brasileira imigrante passou a chamar mais a atenção, a noção de identidade pareceu menos eficiente. Por um lado, era amorfa com uma hierarquização da diferença e, por outro, induzia à imaginação da semelhança, da uniformidade. E, principalmente, levava a pensar essa diferença como acessória, transitória, superficial. Essa superficialidade não dá conta de encarar a diversidade dos processos como diversas “diferencialidades”. Ou “visões de mundo”, diferentes expressões de um mesmo conjunto de signos, práticas e hábitos. Nesse caso, a japonesidade mais poderia ser outra “idade” (o sufixo “idade”) qualquer, algo que pode equacionar

a diferença e o conteúdo, sem pensar na fronteira como um limite de identificação. A fronteira é só uma referência, atravessada pelos processos sociais por todos os lados.

A idéia é não *precisar* falar em identidade para dar conta da diferença. Os nipo-descendentes (ou nikkei etc.) gays articulam uma japonesidade específica, mas não é necessariamente incontornável falar de uma “identidade nipo-descendente gay”. A “identidade nipo-brasileira gay” é uma idéia com hierarquia pré-estabelecida: é nipo-descendente (primeiro conjunto) e depois é gay (segundo conjunto). A japonesidade gay é gay e nipo-descendente: simultânea e inseparavelmente; não é hierarquizada nesse sentido. E é tão japonesa quanto a japonesidade das velhinhas do Odori na Nipo em Araraquara. Embora trocar aqui “identidade” por um sufixo “x-idade” pareça uma mera mudança de palavras é, na verdade, uma evitação de qualquer definição *a priori* sobre a forma dessas pessoas organizarem seu mundo. É uma retomada do conteúdo como fator importante e não o limite. Pode ser que não seja possível apenas acrescentar o sufixo, obviamente. Talvez uma palavra pudesse ser usada para descrever essa idéia: talvez a palavra “diferencialidade” fosse melhor que identidade, quando o sufixo for impossível.

Antes eu considerava que recurso às “identidades” – assim no plural – daria conta dessas questões. Mas temos agora a sensação que já não basta, pois esse uso pressupõe ainda algum “sistema”, “forma” ou regra exercida de formas diferenciadas ou deturpadas, o que é pior. As diferenças são construídas diferentemente, mas os resultados são processos singulares, onde a “diferença” geradora (sempre fragmentada) se transforma em caminhos distintos. Falamos assim de japonesidades que seguiram seus caminhos, se transformando,



gerando outros processos, que podem ser até processos propriamente nipo-brasileiros: não vistos como uma síntese, mas como novas potências, forças geradoras.

\*\*\*

O resultado dessas indagações foi gerado de uma pergunta: E se não tomarmos as definições dos grupos a priori? O que acontece? Sabemos que, tradicionalmente, é o que se faz: assumir o grupo como ponto de partida. A estratégia básica é definir quem é e quem não é pela referência à maioria. Em casos como os das japonesidades, atreladas fortemente a um marcador fenotípico (racial), a tendência a definir o grupo a partir desses critérios (olhos puxados) é quase inevitável. Mas os trabalhos aqui apresentados conseguem desestruturar essa tendência, mostrando como as japonesidades operam para além do fenótipo, criando não-descendentes japonesizados e também descendentes não japoneses.

Vieira, por exemplo, no seu incontornável livro sobre a comunidade japonesa em Marília, interior de São Paulo, exclui famílias cujo pai é brasileiro e a mãe japonesa da “comunidade nikkei”, pois essa é a regra nativa. Mas o que pensam esses excluídos? Eles sentem-se menos japoneses? E se focarmos nosso olhar também nas franjas do consenso, o que descobrimos? Há meio de a antropologia pensar os processos de japonesidades sem tomar as classificações de pertencimento hegemônicas? Há um lugar para os mestiços de mãe japoneses? E, se pensarmos que sim, é possível levar mais adiante o raciocínio e pensar em japonesidades que escapam à substância física (sangue e comida – a linguagem da substância, da consanguinização) e se modelar ao espírito? Por outras formas de relação? de substâncias

não-substantivas? Ou pela comida, em processos de japonsização pela vida em comum? Ou até pensar em processos de japonsidades alternativas, contrários aos processos hegemônicos, como os gays nikkeis?

Procurei resumir como pensamos a diferença no seio de uma “comunidade” migrante, articulando uma concepção que escapasse da idéia de “identidade”. A noção provisória de diferencialidade nos serviu para pensar os processos que atravessam a presença japonesa no Brasil: pensamos em japonsidades. Em japonsidades como pontos de vista inclusivos, oferecendo diferenciais infinitesimais em relação a um conjunto comum de símbolos, signos, experiências, crenças, morais etc. Essas diferenças infinitesimais são pontos de vista que expressam ontologias distintas, mas evidentemente encaradas como momentos em processos constantes de diferenciação. São totalidades incompletas, por assim dizer: expressam a forma de estar no mundo de conjuntos de pessoas durante algum tempo (temporariamente estabilizadas), mas continuam a se diferenciar incessantemente.